

## MAER - BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS - SC

## Edital 13/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2026	120073-MAER - BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS - SC	RAFAEL RICARDO TASCA	29/04/2026 15:46 (v 0.7)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	14/2026	67272.000625/2026-90

## 1. DO OBJETO

## PREGÃO ELETRÔNICO

91014.2026

## CONTRATANTE(UASG)

(120073)

## OBJETO

O objeto da presente licitação é a aquisição de equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de uso duradouro, visando atender às demandas assistenciais do GSAU-FL

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 4.837.715,92 (quatro milhões, oitocentos e trinta e sete mil, setecentos e quinze reais e noventa e dois centavos)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

## Critério de Julgamento:

menor preço

## Modo de disputa:

aberto

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

[SIM]

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

[NÃO]



MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS

PREGÃO Nº 91014/2026

(Processo Administrativo nº67272.000625/2026-90)

Torna-se público que a Base Aérea de Florianópolis, por meio da Seção de Licitações e Contratos, sediado a Av. Santos Dumont, S/Nº, Tapera, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de uso duradouro, visando atender às demandas assistenciais do GSAU-FL conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.[A1]

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.6. Os itens 30, 36, 38, 39, 40 e 41 terão ampla participação. Para os demais itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.[A2]

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3] , para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

- 5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021 .
- 5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10[A5] sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.[A6]
- 5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.[A7] [A8]

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. VALOR UNITÁRIO DO ITEM;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo máximo, conforme tabela do TR.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e

utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.  
[A4]

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item.**

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.[A3]



7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; [A8]

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;[A9]

7.20.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025[A10] .

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas brasileiras;

7.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.[A12] [A13]

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;[A1]

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.[A2]

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexecução, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio do sistema, em formato digital.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até em até 02 [duas] horas , para:[A3]

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 [cinco] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 [cinco] dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 [cinco] dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 [cinco] dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin [A1] constitui fator impeditivo para a contratação.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de XX (xxxxx) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://apl1.sti.fab.mil.br/epags/>



## 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. , salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial. [A2]

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[A5]

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**14.16 A aplicação das sanções administrativas no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER) obedece às dosimetrias dispostas na Portaria GABAER nº 623/GC4, de 20 de novembro de 2023. A Portaria em questão consta no Anexo V deste Edital.**

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo email: **baflpregoeiro@gmail.com**.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.[A2]

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice I do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.1.2. Apêndice II do Anexo I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.1.3. Apêndice III do Anexo I - Termo de Ciência e concordância;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;;

16.11.3. Anexo III – Modelo da Nota de Empenho;

16.11.4. Anexo IV – PORTARIA GABAER Nº 623 GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GRAZIELLE DE OLIVEIRA GRANDO**

Chefe da Seção de Obtenções

**JOAO PAULO GOMEZ LIMA DA SILVA**

Autoridade competente

MAER - BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS - SC

Termo de Referência 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	120073-MAER - BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS - SC	MARCIA GOMES PACHECO DA PAZ	19/05/2026 11:08 (v 0.20)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	14/2026	67272.000625/2026-90

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de uso duradouro, visando atender às demandas assistenciais do GSAU-FL, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT MÍNIMA	QUANT MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Gancho para crochetação/instrumento terapêutico manual em metal de alta resistência (aço inoxidável ou equivalente), acabamento polido, bordas sem rebarbas, formato anatômico para manuseio seguro, resistente à higienização e desinfecção rotineira. Produto com alta durabilidade.	438836	UN	1	2	R\$ 390,00	R\$ 780,00
2	Pistola de massagem elétrica portátil, alimentada por bateria recarregável, com no mínimo 4 níveis de intensidade e múltiplos acessórios (ponteiros) para diferentes grupos musculares, autonomia mínima de 2 horas por carga (ou superior), carregador incluso, empunhadura ergonômica e operação adequada para uso terapêutico.	615793	UN	1	2	R\$ 799,99	R\$ 1.599,98
3	Kit para liberação miofascial composto por 05 instrumentos metálicos (aço inoxidável ou equivalente), com diferentes formatos/curvaturas para aplicação em membros e tronco,	438836	UN	1	2	R\$ 458,88	R\$ 917,76

	superfície lisa, acabamento polido, sem rebarbas, resistente à higienização e desinfecção, acompanhado de estojo/embalagem organizadora.						
4	Kit de bambuterapia com 07 instrumentos de bambu tratados, com acabamento liso, sem farpas, resistentes e apropriados para uso terapêutico manual. Devem possuir diferentes formatos para manobras corporais, com resistência à higienização superficial conforme orientação do fabricante.	419994	UN	1	2	R\$ 458,99	R\$ 917,98
5	Medicine ball 5 kg, com revestimento em borracha/PU ou equivalente, acabamento antiderrapante, resistente a impactos e deformações, apropriada para exercícios de fortalecimento e reabilitação. Produto lavável.	631200	UN	1	2	R\$ 158,91	R\$ 317,82
6	Bola para pilates/fisioterapia, diâmetro 25 cm (±2 cm), material PVC /borracha de alta resistência, antiderrapante, atóxica e lavável.	426778	UN	2	4	R\$ 100,00	R\$ 400,00
7	Kettlebell 5 kg, corpo em ferro fundido ou material equivalente de alta resistência, com revestimento em borracha/PU (quando aplicável), alça anatômica para pegada segura, acabamento antiderrapante, indicado para exercícios de força e condicionamento físico.	280649	UN	2	2	R\$ 120,00	R\$ 240,00
8	BARRA RETA MACIÇA de 2,00m, para levantamento de peso, confeccionada em aço maciço. Equipamento da linha profissional . Barra com medidas: 25 mm de diâmetro x 2,00m comprimento, peso 15 kg, acabamento galvanizado. Desenvolvida com materiais de alta qualidade, recartilhada para melhor pegada, com limitadores. Fornecida com 02 presilhas de fixação	614866	UN	1	2	R\$ 1.600,00	R\$ 3.200,00
9	BOSU/Balance Trainer tipo meia bola, base rígida antiderrapante, domo em material resistente e antiestouro, indicado para treino de equilíbrio /propriocepção. Deve acompanhar acessórios elásticos com pegada (quando previsto) e permitir uso bilateral (base e domo).	399772	UN	1	2	R\$ 401,69	R\$ 803,38
10	Step em EVA de alta densidade ou material equivalente, altura	609773	UN	2	2	R\$ 230,12	R\$ 460,24

	aproximada 15 cm, superfície antiderrapante, dimensões aproximadas 60x30 cm, indicado para condicionamento físico e uso terapêutico.						
11	Step em EVA de alta densidade ou material equivalente, altura aproximada 30 cm, superfície antiderrapante, indicado para condicionamento físico e uso terapêutico.	609773	UN	2	2	R\$ 230,12	R\$ 460,24
12	Caixote/box jump em madeira resistente, altura 40 cm, estrutura reforçada, acabamento lixado e seguro (sem farpas), indicado para treinamento funcional. Dimensões aproximadas conforme referência 50x40x30 cm (ou compatível).	613981	UN	1	2	R\$ 392,00	R\$ 784,00
13	Caixote/box jump em madeira resistente, altura 50 cm, estrutura reforçada, acabamento seguro, indicado para treinamento funcional.	613981	UN	1	2	R\$ 559,93	R\$ 1.119,86
14	Aquabag de treinamento funcional com capacidade de carga até 20 kg, confeccionado em tecido emborrachado /lona resistente, com mínimo de 6 alças reforçadas, sistema de vedação seguro e alta durabilidade. Deve permitir preenchimento e uso conforme orientação do fabricante.	601576	UN	1	2	R\$ 307,03	R\$ 614,06
15	Prancha de propriocepção retangular, dimensões aproximadas 60x40 cm, em madeira com revestimento antiderrapante, indicada para treino de equilíbrio, estabilidade e reabilitação.	384473	UN	1	2	R\$ 299,00	R\$ 598,00
16	Prancha de propriocepção retangular, dimensão aproximada 50x20 cm, com 04 rodízios ou sistema de deslizamento equivalente para treino de equilíbrio, estrutura resistente e superfície antiderrapante.	427408	UN	1	2	R\$ 169,40	R\$ 338,80
17	Kit para treinamento de velocidade e agilidade contendo, no mínimo, cones, chapéus chineses, corda e escada de agilidade, materiais resistentes e apropriados para uso repetitivo em treinamento funcional/fisioterapêutico.	627756	UN	5	10	R\$ 320,00	R\$ 3.200,00

18	Aparelho digital de pressão arterial tipo pulso, faixa de medição até 300 mmHg, com detecção de pulso /frequencímetro, braçadeira em nylon e fecho em velcro, tamanho adulto, visor de fácil leitura, memória de medições e desligamento automático. Deve ser fornecido com estojo e manual.	432482	UN	1	2	R\$ 250,85	R\$ 501,70
19	Dinamômetro digital para força de preensão/compressão, capacidade mínima 100 kgf, com display digital, resolução adequada, função de retenção de pico e memória (quando aplicável), alimentação por bateria, portátil, fornecido com estojo e cinta /apoio para manuseio.	602367	UN	1	2	R\$ 4.697,00	R\$ 9.394,00
20	Disco de propriocepção em PVC ou material equivalente, superfície antiderrapante, indicado para exercícios de equilíbrio e reabilitação, capacidade mínima 200 kg, resistente e lavável.	618520	UN	2	4	R\$ 190,85	R\$ 763,40
21	Maca elétrica profissional tipo Drop com 04 seções (4 drops) acionadas por alavanca, estrutura em aço carbono com pintura anticorrosiva, tampo em madeira reforçada, estofamento em espuma ortopédica (densidade equivalente D33 ou superior) com revestimento em courvin /vinil lavável. Ajuste de altura elétrico por controle manual. Deve possuir orifício facial, apoios de braços reguláveis, plataforma de pés e capacidade mínima 150 kg. Alimentação bivolt automático. Dimensões aproximadas conforme referência (ex.: 186x73 cm levantada).	295214	UN	1	2	R\$ 6.730,00	R\$ 13.460,00
22	Cama hospitalar motorizada com mínimo de 8 movimentos acionados por atuadores elétricos, com estrutura robusta, grades laterais (quando aplicável), leito articulado, comandos de fácil operação (controle manual e/ou painéis laterais), sistema de segurança, rodas com travas e capacidade compatível com uso hospitalar. Deve acompanhar acessórios essenciais e manual; fornecimento com montagem /instalação no local e testes funcionais.	631479	UN	2	6	R\$ 7.499,00	R\$ 44.994,00
23	Maca fixa profissional para exames /repouso/massagem, com estrutura	621550	UN	3	6	R\$ 939,00	R\$ 5.634,00



	tubular em aço com pintura epóxi, leito estofado com espuma densidade mínima equivalente D23, revestimento lavável, cabeceira reclinável, sem suporte para lençol/papel descartável, pés com ponteiros em PVC, capacidade mínima 150 kg. Dimensões externas aproximadas: 181x61x81 cm.						
24	Cadeira de rodas com capacidade mínima 150 kg, estrutura dobrável em duplo X, aço com pintura eletrostática epóxi, estofamento em nylon acolchoado, almofada em espuma, rodas traseiras 24" com pneus anti-furo (ou equivalentes), rodas dianteiras 7" maciças, freios bilaterais reguláveis, protetores de roupa, apoios de pés articuláveis e reguláveis em altura, apoios de braço escamoteáveis. Largura do assento 50 cm.	623881	UN	1	2	R\$ 1.750,00	R\$ 3.500,00
25	Cadeira de rodas bariátrica, capacidade mínima 250 kg, estrutura em aço carbono com pintura epóxi, monobloco ou reforço estrutural equivalente, apoio para braços escamoteável, apoio para pés removível, assento reforçado com tiras tensoras especiais e almofada em espuma, rodas e eixos dimensionados para alta carga, sistema de freios bilaterais, acabamento lavável. Produto na cor preta.	418804	UN	1	2	R\$ 5.180,00	R\$ 10.360,00
26	Balance pad em espuma de alta densidade, com superfície antiderrapante, indicado para treino de equilíbrio, propriocepção e reabilitação, resistente à deformação e de fácil higienização. Dimensões compatíveis com uso terapêutico (aprox. 50x40x6 cm ou equivalente).	607267	UN	2	4	R\$ 89,00	R\$ 356,00
27	Rolo (foam roller) grande para liberação miofascial, em material resistente (EVA de alta densidade ou equivalente), formato cilíndrico, superfície lisa ou texturizada conforme necessidade terapêutica, resistente a deformações, atóxico e lavável. Dimensões aproximadas: comprimento 45 cm.	615799	UN	2	4	R\$ 200,00	R\$ 800,00
28	ESTEIRA ERGOMÉTRICA, para uso em ambiente de reabilitação /fisioterapia, motor com potência compatível com uso contínuo (mínimo 2,0 HP contínuo, ou superior),	623760	UN	1	2	R\$ 12.580,80	R\$ 25.161,60

	velocidade ajustável, inclinação mínima até 12% (ou superior), painel com indicação de tempo, distância, velocidade e calorias, mínimo de 10 programas pré-definidos, sistema de amortecimento de impacto, área de corrida compatível com uso seguro (largura mínima 45 cm), suporte de peso do usuário mínimo 140 kg (ou superior), chave de segurança magnética, estrutura reforçada e base estável; fornecimento com montagem /instalação quando aplicável, manual e suporte técnico.						
29	Seladora térmica para embalagens grau cirúrgico, banda de selamento 12 mm, largura útil de selagem mínima 310 mm, controle eletrônico de temperatura, selagem uniforme e resistente, adequada para rotina de esterilização, tensão 200–240 V, 50/60 Hz, potência aproximada 100 W (ou equivalente); fornecimento com manual e instalação/configuração quando aplicável.	622031	UN	1	2	R\$ 5.136,75	R\$ 10.273,50
30	Autoclave vertical a vapor saturado sob pressão, microcontrolada, destinada à esterilização de materiais e instrumentais, com capacidade mínima da câmara interna de 250 (duzentos e cinquenta) litros, dotada de controle automático de tempo, temperatura e pressão, devendo operar com ciclos compatíveis com rotina assistencial, incluindo, no mínimo, ciclos de 121° C e 134°C, com aquecimento elétrico e desempenho adequado ao volume de esterilização; deverá possuir câmara interna em aço inoxidável (AISI 304 /316 ou equivalente) e acabamento externo de fácil higienização, com isolamento térmico adequado; deve dispor de tampa/porta com sistema de travamento de segurança e intertravamentos que impeçam abertura sob pressão e/ou temperatura, com dispositivos de proteção contra sobrepressão e sobretemperatura, incluindo alarmes e sinalizações operacionais; deverá possuir programas pré-configurados e /ou ajustáveis conforme fabricante, com indicação em painel dos parâmetros do ciclo e recursos de secagem compatíveis com o processo (por exaustão, ventilação, repouso	625463	UN	1	2	R\$ 235.000,00	R\$ 470.000,00





	para alta rotação borden 2 furos com spray; mínimo de 1 terminal borden 2 furos baixa rotação com refrigeração; pedal progressivo; bandeja em inox ou material de características e resistência similares; sistema antirrefluxo; filtro de resíduos; refletor LED com intensidade de 30.000 lux ou superior, ajustável para pelo menos 03 níveis de intensidade e reduzível em até cerca de 60%; acionamento on/off no pedal; puxador bilateral; braço balanceado com mola; unidade auxiliar com mínimo 3 terminais, rebatível 90°; mínimo de 01 sugador Venturi e mais 01 sugador adicional para Bomba Vácuo; cuba branca em polímero ou material com características e resistência similares, removível; acionamento da água por pedal e com temporizador. Garantia mínima de 2 anos.						
37	Cadeira ginecológica para exames clínicos, com estrutura metálica de alta resistência e acabamento em material de fácil higienização. Regulagem elétrica de altura e inclinação do encosto, assento articulado, apoios de pernas ajustáveis e removíveis, com estofamento. Sistema de movimentação suave por comandos elétricos. Base estável com sistema de travamento. Capacidade mínima de carga de 180 kg. Alimentação elétrica bivolt automática. Deve acompanhar acessórios essenciais e manual.	427252	UN	1	2	R\$ 16.800,00	R\$ 33.600,00
38	Sistema de raios X digital fixo para exames radiológicos convencionais, composto por gerador de alta frequência, tubo de raios X com foco fino e amplo (ou equivalentes), colimador com luz localizadora, suporte apropriado e mesa radiológica fixa ou flutuante (conforme configuração ofertada), com sistema de aquisição digital por detector (DR) ou sistema CR compatível, devendo proporcionar qualidade de imagem adequada ao uso diagnóstico e permitir ajustes operacionais compatíveis com a rotina assistencial; deverá incluir estação de trabalho com software para aquisição, processamento, armazenamento e exportação de imagens, com recursos mínimos de pós-processamento e geração de	450494	UN	1	2	R\$ 675.000,00	R\$ 1.350.000,00

	relatórios/impressão quando aplicável, permitindo exportação em formatos usuais e integração digital quando disponível; o fornecimento deverá contemplar todos os acessórios essenciais ao pleno funcionamento do sistema e entrega técnica com instalação no local, incluindo testes de funcionamento, calibração e validação operacional inicial; alimentação elétrica compatível com o padrão nacional; com suporte técnico durante a vigência da garantia.						
39	Coluna radiográfica (bucky mural) para realização de exames radiográficos convencionais, compatível com sistemas de raios X digital, com estrutura robusta e acabamento de fácil higienização, destinada ao posicionamento de detector digital plano (DR) ou chassi/cassete, devendo permitir deslocamento vertical suave e preciso, com mecanismo de travamento e dispositivos de segurança; deverá possuir grade antidifusora quando aplicável e recursos de alinhamento para posicionamento e aquisição de imagens, com funcionamento compatível com a rotina assistencial; quando aplicável ao conjunto ofertado, poderá contemplar recurso de composição automática de imagens (ex.: stitching ou equivalente); o fornecimento deverá incluir acessórios essenciais e instalação/montagem no local, com testes de funcionamento e validação operacional inicial, garantindo compatibilidade com o sistema de radiografia existente ou a ser adquirido no mesmo processo; com suporte técnico durante a vigência da garantia.	450494	UN	1	2	R\$ 184.900,00	R\$ 369.800,00
40	Tomógrafo de Coerência Óptica (OCT) para uso oftalmológico, destinado à aquisição de imagens de alta resolução da retina e do nervo óptico, com tecnologia de aquisição compatível com padrões clínicos avançados (ex.: SD-OCT ou equivalente), devendo permitir exames de mácula e disco óptico, com protocolos configuráveis e recursos de acompanhamento evolutivo ("follow-up") de exames; deverá possuir qualidade de imagem compatível com	464082	UN	1	2	R\$ 729.550,00	R\$ 1.459.100,00

	uso diagnóstico, com resolução axial mínima de 7 µm (ou superior) e velocidade de aquisição mínima de 50.000 A-scans/segundo (ou superior), ou desempenho equivalente que assegure aquisição rápida e redução de artefatos por movimento; deverá dispor de software clínico dedicado com ferramentas para avaliação de retina e glaucoma, incluindo segmentação automática quando aplicável, mapas e medidas quantitativas (ex.: espessura macular e análises relacionadas ao nervo óptico) e emissão de relatórios, com possibilidade de exportação e armazenamento digital dos exames; deverá possuir monitor de visualização em alta definição, base/mesa de apoio ajustável e acessórios essenciais para pleno funcionamento; o fornecimento deverá incluir manuais, acessórios indispensáveis, instalação e configuração no local, bem como testes de funcionamento e validação operacional inicial; com suporte técnico durante a vigência da garantia.						
41	Analizador automático de imunoensaio por quimioluminescência, totalmente automatizado, com carregamento contínuo de amostras, identificação por código de barras, interface em português, suporte a calibração e controle interno de qualidade (CQ) e geração de relatórios. Deve permitir execução de ensaios imunológicos compatíveis com rotinas laboratoriais (ex.: hormônios, marcadores tumorais, sorologias e outros, conforme portfólio do fabricante), com estabilidade operacional, sistema de detecção automatizado e software com rastreabilidade de resultados. Deve possuir conectividade com sistemas laboratoriais (LIS), preferencialmente via protocolo compatível, e permitir armazenamento de resultados. Fornecimento com manuais, acessórios necessários e instalação.	634470	UN	1	2	R\$ 351.000,00	R\$ 702.000,00
42	Analizador de imunoensaio por fluorescência, automatizado ou semiautomatizado, com leitura fluorescente, identificação de amostras (quando aplicável), software de operação com interface em português,	634471	UN	1	2	R\$ 39.937,50	R\$ 79.875,00





III) Id do item no PCA: 152;

VI) Classe/Grupo: 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS;

V) Identificador da Futura Contratação: 120073-14/2026.

2.3. Declara-se que o planejamento desta compra considerou condições de aquisição e pagamento semelhantes às praticadas pelo setor privado, em conformidade com o art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Sempre que tecnicamente viável, os bens fornecidos deverão priorizar materiais duráveis, com estrutura resistente à higienização e desinfecção (sem comprometer integridade), e com disponibilidade de reposição de peças e consumíveis essenciais, reduzindo descarte prematuro e prolongando o ciclo de vida do equipamento;

4.1.2. Para equipamentos eletroeletrônicos, deverá ser priorizada solução com eficiência energética, menor consumo em modo operação/standby, e fornecimento com manuais técnicos e orientações de manutenção preventiva, visando uso racional de energia e prolongamento da vida útil, sempre que compatível com a finalidade assistencial; e

4.1.3. As embalagens deverão ser, preferencialmente, recicláveis/reutilizáveis, com minimização de volume e excesso de plástico, e o fornecedor deverá orientar quanto ao descarte ambientalmente adequado de componentes, acessórios e resíduos de instalação, quando aplicável, em conformidade com a legislação pertinente e boas práticas sustentáveis.

#### **Da Conformidade e Certificação**

4.2. Para os itens 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42 e 43, somente será admitida a oferta de produtos regularmente notificados ou registrados perante a ANVISA, conforme a Lei nº 6.360/1976, o Decreto nº 8.077/2013 e a regulamentação sanitária aplicável, observada a finalidade de uso indicada pelo fabricante.

4.2.1. A vinculação dessa exigência a tais materiais decorre do fato de que eles apresentam destinação assistencial, diagnóstica, odontológica, laboratorial, de esterilização, de exame ou de apoio direto ao cuidado em saúde, circunstância que evidencia pertinência regulatória sanitária imediata.

4.2.2. Caso a licitante alegue que o produto ofertado é isento ou dispensado de registro/notificação, deverá apresentar comprovação documental inequívoca da referida dispensa, mediante declaração ou ato oficial emitido pela ANVISA ou norma técnica específica que desonere o item.

4.2.3. Para os itens 18, 21, 22, 24, 25, 30, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42 e 43, deverá ser exigida, quando aplicável ao modelo ofertado, a comprovação de conformidade com os Requisitos de Avaliação da Conformidade incidentes sobre equipamentos submetidos ao regime de vigilância sanitária, mediante apresentação do correspondente Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO.



5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.



6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



## Cessão de Crédito

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.1.1 Não será permitida a participação de pessoas físicas, tendo em vista que o objeto da contratação exige estrutura empresarial para garantir a assistência técnica, entrega logística e conformidade sanitária dos equipamentos, conforme análise técnica realizada na fase de planejamento (IN SEGES/ME nº 116/2021).

### Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral, por item, mediante entrega conforme prazos estabelecidos.

### Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

9.3.2. Para os itens 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42 e 43, o Pregoeiro deverá solicitar ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, juntamente com a proposta ou em sede de diligência, sob pena de não aceitação, o documento comprobatório da notificação ou registro do produto perante a ANVISA, quando aplicável ao item ofertado, bem como catálogo, ficha técnica, manual ou outro documento emitido pelo fabricante apto a demonstrar a finalidade de uso e o respectivo enquadramento regulatório do produto.

9.3.3. Para os itens 18, 21, 22, 24, 25, 30, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42 e 43, deverá ser exigida, quando aplicável ao modelo ofertado, a comprovação de certificação compulsória do INMETRO, mediante apresentação do correspondente Selo de Identificação da Conformidade, em razão da incidência potencial de requisitos regulatórios específicos sobre equipamentos submetidos ao regime de vigilância sanitária.

### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Para os itens 18, 21, 22, 24, 25, 30, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42 e 43, o licitante deverá apresentar a Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), emitida pela ANVISA, cujas atividades autorizadas sejam compatíveis com o objeto ofertado (armazenamento, distribuição ou comércio), nos termos da Lei nº 6.360/1976 e da RDC nº 16/2014.

9.12.1. Juntamente com a AFE, apresentação de Licença Sanitária (Estadual ou Municipal) vigente, expedida pelo órgão de vigilância sanitária competente, conforme a legislação do local da sede do licitante, comprovando a regularidade para o exercício da atividade de comercialização/distribuição dos produtos para saúde objeto desta licitação.

9.12.2. As exigências contidas nos subitens anteriores limitam-se aos equipamentos classificados como produtos para saúde sujeitos ao regime de vigilância sanitária, sendo dispensadas caso o licitante comprove, mediante fundamentação técnica ou normativa, a não aplicabilidade da regulação ao item específico ou à sua categoria de atuação.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

## Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 1 % do valor total estimado da contratação, conforme justificativa técnica constante no ETP, visando assegurar a solvabilidade do fornecedor durante a execução do contrato.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

## Disposições gerais sobre habilitação

9.29. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.30. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



## 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital **OU** na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

## 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. A contratada deverá apresentar, em relação aos itens 30, 36, 38, 40, 41, 42 e 43, o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) válido, emitido pela ANVISA em nome do fabricante do produto, conforme os termos da RDC nº 497/2021 e alterações posteriores.

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.



5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Santa Catarina, Seção Judiciária de Florianópolis para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital **OU** Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

## Equipe de Planejamento

Equipe de Planejamento

Equipe de Planejamento

## Ordenador de Despesas



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TR nº 4/2026
Data/Hora de Criação:	19/05/2026 17:08:01
Páginas do Documento:	30
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	31
Hash MD5:	d36b1d94c664b093a6c4814c1e86cea2
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCIA GOMES PACHECO DA PAZ no dia 19/05/2026 às 14:18:21 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento TATIANA ZAGO DA SILVA DE DEUS no dia 19/05/2026 às 14:19:29 no horário oficial de Brasília.

# Estudo Técnico Preliminar 3/2026

Número do processo: 67272.000625/2026-90

### 2.1. Objeto

2.1.1. O presente ETP tem por objeto a aquisição de equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de uso duradouro, destinados a aparelhar, modernizar e manter a operacionalidade das instalações do Grupo de Saúde de Florianópolis (GSAU-FL), visando à atualização tecnológica, substituição de equipamentos obsoletos e ampliação da capacidade de atendimento aos usuários do Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU).

## 2.2. Identificação da necessidade da contratação

2.2.1. O GSAU-FL atua no atendimento ambulatorial e em demandas de urgência e emergência, o que requer a disponibilidade contínua de equipamentos funcionais, precisos e seguros, garantindo condições materiais para a assistência, para a adequada execução de procedimentos e para a preservação da segurança do paciente.

2.2.2. A ausência, insuficiência ou obsolescência de equipamentos impacta diretamente a capacidade de atendimento, podendo resultar em atrasos operacionais, redução da qualidade assistencial, aumento da indisponibilidade e maior risco de falhas durante procedimentos. Ademais, a manutenção do parque tecnológico atualizado contribui para a aderência às diretrizes clínicas vigentes e reforça a confiança dos usuários na instituição.

2.2.3. Sob o prisma da gestão pública, a aquisição de equipamentos duráveis revela-se também medida de racionalidade administrativa, pois equipamentos modernos tendem a apresentar maior confiabilidade, eficiência energética e menor incidência de manutenções corretivas, reduzindo custos indiretos e preservando a continuidade dos serviços.

### 2.3. Problema a ser resolvido

2.3.1. O problema identificado refere-se à necessidade de renovação e complementação do parque tecnológico do GSAU-FL, visando evitar a descontinuidade dos serviços por falhas de equipamentos antigos e permitir a realização de procedimentos compatíveis com tecnologia atualizada e com padrões de qualidade e segurança.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Processos e Finanças	CAP QOFARM CRISTIANE LUIZE ROCHA WAGNER

#### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### 4.1. Lei ou Regulamentos Específicos

4.1.1.A aquisição de equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de uso duradouro deverá observar rigorosamente a legislação vigente, deverá observar rigorosamente a legislação vigente, com destaque para:

- Lei nº 14.133/2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- IN SEGES nº 58/2022 – diretrizes e obrigatoriedade do ETP e do Sistema ETP digital;

- IN SEGES/ME nº 65/2021 – pesquisa de preços e formação da estimativa para bens e serviços em geral;  
- Portaria SEGES/ME nº 938/2022 – catálogo eletrônico de padronização;  
- Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), especialmente o artigo 31, que trata da obrigatoriedade de informações claras e adequadas sobre produtos e serviços.  
- Normas sanitárias e de regularização aplicáveis a produtos para saúde, especialmente no tocante à regularidade e conformidade perante a ANVISA, quando cabível, observando-se, entre outras:

- RDC nº 665/2022 (Boas Práticas de Fabricação para produtos médicos e produtos para diagnóstico de uso in vitro, quando aplicável);
- RDC ANVISA nº 81/2008 (regularização do produto perante a ANVISA).

#### 4.2. Requisitos técnicos e de qualidade (mínimos)

4.2.1 Os equipamentos deverão atender a requisitos mínimos para assegurar que o fornecimento satisfaça integralmente o interesse público, com foco em desempenho, confiabilidade e segurança:

- 4.2.1.1. Ser novos, sem uso, em perfeitas condições, aptos ao pronto emprego e compatíveis com a finalidade assistencial do GSAU-FL;
- 4.2.1.2. Atender às especificações técnicas definidas no Termo de Referência e, quando aplicável, às normas técnicas pertinentes (ABNT /ISO e equivalentes);
- 4.2.1.3. Integridade de embalagem e acondicionamento, com identificação e proteção para transporte, sem avarias;
- 4.2.1.4. Ser fornecidos com manual, documentação técnica, identificação do fabricante, dados de rastreabilidade e orientações de operação/segurança em língua portuguesa, quando aplicável;
- 4.2.1.5. Atender aos requisitos de regularização sanitária, com apresentação de registro/cadastro na ANVISA quando o item se enquadrar como produto sujeito a controle sanitário;
- 4.2.1.6. Possuir garantia mínima, conforme prática de mercado e complexidade do equipamento, resguardando-se o suporte para correções, substituições e reparos.

#### 4.3. Requisitos de entrega, recebimento e aceite

4.3.1. A entrega deverá ocorrer nos prazos e locais definidos pela Administração, observando condições adequadas de transporte e acondicionamento, de modo a preservar a integridade e funcionalidade dos equipamentos.

4.3.2. O recebimento seguirá os procedimentos administrativos pertinentes, contemplando:

- 4.3.2.1. Recebimento provisório, para conferência quantitativa e verificação inicial de integridade;
- 4.3.2.2. Recebimento definitivo/aceite técnico, após testes, verificação de conformidade com as especificações e conferência documental (garantias, manuais, certificações e regularidade sanitária, quando aplicável).

4.3.3. A Administração poderá recusar o recebimento de itens em desconformidade, determinando a substituição, sem ônus, bem como a aplicação das medidas administrativas cabíveis.

#### 4.4. Entrega técnica, instalação/montagem e garantia (quando aplicável)

4.4.1. Para os equipamentos que demandem instalação, montagem, configuração ou validação funcional (ex.: analisadores laboratoriais, equipamentos odontológicos completos, equipamentos de diagnóstico por imagem, autoclaves, seladoras e equipamentos eletromédicos motorizados), o fornecimento deverá contemplar, quando aplicável:

- 4.4.1.1. Entrega técnica no local indicado pela Administração;
- 4.4.1.2. Montagem/instalação e testes de funcionamento, com verificação de operação e segurança; e
- 4.4.1.3. Entrega de manuais e documentação técnica necessários à operação e manutenção básica.

4.4.2. A garantia deverá observar o prazo mínimo estabelecido no Termo de Referência para os itens que, por sua natureza, possuam maior complexidade técnica e necessidade de suporte, preservada a competitividade e a vedação de exigências desnecessárias para itens simples.

4.4.3. O recebimento definitivo ficará condicionado à comprovação do atendimento às especificações, ao funcionamento regular do equipamento (quando aplicável) e ao registro formal de aceitação pela Administração.

#### 4.5. Qualificação Técnica

4.5.1. A qualificação técnica deverá ser exigida de forma proporcional e pertinente à natureza do objeto, observando-se o disposto na Lei nº 14.133/2021, vedadas exigências excessivas, irrelevantes ou que restrinjam injustificadamente a competitividade.

4.5.2. Quando o item demandar condições técnicas específicas para fornecimento seguro e adequado (especialmente equipamentos eletromédicos, odontológicos, laboratoriais automatizados e equipamentos de diagnóstico por imagem), poderá ser exigida a comprovação de aptidão técnica do licitante, por meio de documentação compatível com o objeto, a ser definida no Termo de Referência e no edital, tais como:

4.5.2.1. Catálogos, manuais técnicos e/ou fichas técnicas do fabricante que demonstrem o atendimento às especificações;

4.5.2.2. Declaração do fornecedor quanto ao atendimento aos requisitos mínimos de desempenho, instalação (quando aplicável) e garantia; e

4.5.2.3. Outros documentos de comprovação técnica apenas quando indispensáveis à segurança e ao interesse público.

4.5.3. As exigências relacionadas a regularidade sanitária, certificações ou conformidades específicas somente serão aplicadas quando legalmente exigíveis ao item, de acordo com sua natureza e regime regulatório, sem prejuízo da observância de normas de segurança, qualidade e desempenho mínimo.

#### 4.6. Qualificação Técnica Operacional

4.6.1. Poderá ser exigida comprovação de aptidão para fornecimento de bens compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto, mediante apresentação de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando tal exigência se mostrar necessária e proporcional à complexidade do item, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.6.2. Considerando que a contratação será processada com julgamento por item, a eventual exigência de capacidade técnico-operacional deverá recair somente sobre os itens de maior complexidade tecnológica e/ou criticidade assistencial, tais como equipamentos automatizados, eletromédicos, odontológicos e de diagnóstico por imagem, evitando-se impor a mesma exigência a itens simples, de baixa complexidade e ampla oferta no mercado.

4.6.3. Quando houver exigência de quantitativos mínimos em atestados, estes deverão ser definidos com razoabilidade, admitindo-se o somatório de atestados, desde que compatíveis com o objeto, de modo a preservar a competitividade e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa.

4.6.4. Em qualquer hipótese, as exigências deverão guardar estrita relação com o risco, a criticidade e a finalidade dos bens, observando-se o princípio da proporcionalidade e a vedação de restrição indevida à competição.

#### 4.7. Qualificação Econômico-Financeira

4.7.1. A exigência de patrimônio líquido mínimo será de 1% e justifica-se pela necessidade de garantir que a empresa contratada possua saúde financeira e estrutura mínima para suportar os custos logísticos e de aquisição junto aos fabricantes antes do pagamento pela Administração. Considerando que o objeto é de pronta entrega e o risco de interrupção do serviço de saúde é mitigado pela pluralidade de fornecedores no mercado odontológico/médico, o percentual fixado não representa barreira indevida à participação de ME/EPPs.

#### 4.8. Catálogo de Padronização Eletrônico

4.8.1. Os equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de uso duradouro a serem adquiridos não constam no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria SEGES/ME nº 938/2022. No referido catálogo, constam apenas itens como água e café, que não fazem parte deste processo, justificando-se, assim, a não utilização do catálogo eletrônico para esta contratação.

#### 4.9. Critérios e Práticas Sustentáveis

4.9.1. A contratação observará, sempre que tecnicamente possível e economicamente viável, critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica aplicáveis à aquisição de equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de uso duradouro, em alinhamento às orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (edição vigente) e às diretrizes normativas aplicáveis.

4.9.2. Entre as práticas recomendadas, destacam-se:

4.9.2.1. Preferência por produtos cuja embalagem seja reciclável ou reutilizável, minimizando o impacto ambiental;

4.9.2.2. Incentivo à aquisição de materiais com menor geração de resíduos e que possibilitem descarte ambientalmente adequado;

4.9.2.3. Priorização de fornecedores que adotem práticas de responsabilidade socioambiental, devidamente comprovadas; e

4.9.2.4. Observância das normas de biossegurança e descarte correto de resíduos, conforme legislação específica.

4.9.3. Como medidas mitigadoras dos impactos ambientais, a contratada deverá promover o correto descarte e a destinação final ambientalmente adequada das embalagens, sacolas, vidros, manuais e eventuais resíduos sólidos ou materiais orgânicos gerados no fornecimento e instalação dos equipamentos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.9.4. Caso algum critério de sustentabilidade não seja aplicável ao objeto da contratação, tal decisão deverá ser devidamente justificada pela área técnica, em conformidade com as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

#### 4.10. Consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis

4.10.1. Ressalta-se que a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar observou as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (8ª edição, outubro de 2025), conforme recomendado pelo IP-AGU, avaliando a aplicabilidade dos critérios socioambientais e econômicos pertinentes à aquisição de equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de uso duradouro.

4.11. Por fim, ressalta-se que o Plano de Gestão Logística Sustentável da BAFL foi devidamente observado, não havendo tópicos pertinentes a serem considerados no presente processo, em virtude da natureza dos materiais a serem adquiridos.

## 5. Levantamento de Mercado

### 5.1. Soluções de mercado que atendam aos requisitos específicos

5.1.1. Em conformidade com o disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, o levantamento de mercado tem por objetivo analisar as alternativas disponíveis, apresentando a justificativa técnica e econômica para a escolha da solução mais adequada à demanda apresentada. Este procedimento é essencial para assegurar a seleção da alternativa que melhor atenda ao interesse público, observando critérios de eficiência, economicidade e viabilidade operacional.

5.1.2. No âmbito da presente demanda, foram identificadas diversas soluções ofertadas pelo mercado para o fornecimento de equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de uso duradouro. Dentre as alternativas analisadas, destaca-se a aquisição por meio de itens individualizados, com a formalização de ata de registro de preços, modalidade que se mostra compatível com as necessidades específicas do Grupo de Saúde de Florianópolis (GSAU-FL). Tal solução permite maior flexibilidade na aquisição, possibilitando o atendimento conforme a real necessidade do órgão, além de assegurar melhores condições comerciais.

### 5.2. Solução e Metodologia Utilizada

5.2.1. Para a instrução deste processo, foi realizada ampla pesquisa de mercado, abrangendo a análise de contratações similares efetuadas por órgãos e entidades da Administração Pública, bem como consultas a fornecedores especializados e a veículos de mídia setorial. A pesquisa contemplou o exame de certames licitatórios registrados em plataformas oficiais, em conformidade com o art. 9º, inciso II, alínea “a”, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022. Essa metodologia permitiu identificar os parâmetros praticados pelo mercado, as especificações técnicas mais recorrentes e as condições comerciais usualmente ofertadas.

5.2.2. Adicionalmente, foram realizadas consultas a catálogos de fornecedores, portais eletrônicos e publicações especializadas, com o objetivo de mapear as opções tecnológicas disponíveis, as inovações recentes e as tendências de preços. Tal abordagem garantiu a atualização das informações e a aderência da solução proposta às melhores práticas do setor.

5.2.3. A utilização do Sistema de Registro de Preços fundamenta-se no Art. 3º, inciso II, do Decreto nº 11.462/2023. Embora se trate de bens permanentes com quantitativo definido, o SRP justifica-se pela conveniência de entregas parceladas, visando atender de forma gradual e programada às necessidades dos diversos setores do GSAU-FL que receberão os equipamentos. Tal estratégia otimiza a logística de recebimento, instalação e treinamento dos operadores, evitando o armazenamento massivo de equipamentos duradouros em um único momento.

5.2.4. Informa-se que foram consultadas eventuais Intenções de Registro de Preços (IRPs) em andamento, sem que fossem identificadas IRPs compatíveis. Além disso, não é possível a adesão a Atas de Registro de Preços (ARPs) vigentes no momento, em decorrência de incompatibilidade nas especificações técnicas ou de indisponibilidade de quantitativo.

5.2.5. Dessa forma, a escolha da solução ora proposta encontra-se devidamente fundamentada em critérios técnicos e econômicos, respaldada pelas melhores práticas de mercado e pela legislação vigente, garantindo, assim, a eficiência, a economicidade e a adequada prestação dos serviços de saúde pelo Grupo de Saúde de Florianópolis (GSAU-FL).

5.3. Considerando o disposto no art. 7º, incisos I e XI, do Decreto nº 11.462/2023, fica vedada a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes (caronas). Tal medida justifica-se pela limitada capacidade de gerenciamento da Base Aérea de Florianópolis (BAFL), visto que a estrutura administrativa e técnica disponível está dimensionada exclusivamente para o controle e fiscalização do quantitativo destinado ao atendimento da própria unidade e eventuais órgãos participantes registrados na IRP, sob risco de comprometimento da eficiência administrativa caso houvesse expansão desordenada da demanda por meio de adesões posteriores

## 6. Descrição da solução como um todo

### 6.1. Escopo/Modelo e Execução do Objeto

6.1.1. O escopo da solução compreende o fornecimento dos equipamentos listados na tabela a seguir, incluindo todos os componentes necessários ao pleno funcionamento, acessórios indispensáveis, documentação técnica e garantias.







	texturizada conforme necessidade terapêutica, resistente a deformações, atóxico e lavável. Dimensões aproximadas: comprimento ≥ 45 cm.				
28	ESTEIRA ERGOMÉTRICA, para uso em ambiente de reabilitação/fisioterapia, motor com potência compatível com uso contínuo (mínimo 2,0 HP contínuo, ou superior), velocidade ajustável, inclinação mínima até 12% (ou superior), painel com indicação de tempo, distância, velocidade e calorias, mínimo de 10 programas pré-definidos, sistema de amortecimento de impacto, área de corrida compatível com uso seguro (largura mínima 45 cm), suporte de peso do usuário mínimo 140 kg (ou superior), chave de segurança magnética, estrutura reforçada e base estável; fornecimento com montagem/instalação quando aplicável, manual e suporte técnico.	623760	UN	1	2
29	Seladora térmica para embalagens grau cirúrgico, banda de selamento 12 mm, largura útil de selagem mínima 310 mm, controle eletrônico de temperatura, selagem uniforme e resistente, adequada para rotina de esterilização, tensão 200–240 V, 50/60 Hz, potência aproximada 100 W (ou equivalente); fornecimento com manual e instalação/configuração quando aplicável.	622031	UN	1	2
30	Autoclave vertical a vapor saturado sob pressão, microcontrolada, destinada à esterilização de materiais e instrumentais, com capacidade mínima da câmara interna de 250 (duzentos e cinquenta) litros, dotada de controle automático de tempo, temperatura e pressão, devendo operar com ciclos compatíveis com rotina assistencial, incluindo, no mínimo, ciclos de 121°C e 134°C, com aquecimento elétrico e desempenho adequado ao volume de esterilização; deverá possuir câmara interna em aço inoxidável (AISI 304/316 ou equivalente) e acabamento externo de fácil higienização, com isolamento térmico adequado; deve dispor de tampa/porta com sistema de travamento de segurança e intertravamentos que impeçam abertura sob pressão e/ou temperatura, com dispositivos de proteção contra sobrepressão e sobretemperatura, incluindo alarmes e sinalizações operacionais; deverá possuir programas pré-configurados e/ou ajustáveis conforme fabricante, com indicação em painel dos parâmetros do ciclo e recursos de secagem compatíveis com o processo (por exaustão, ventilação, repouso térmico ou tecnologia equivalente, conforme configuração ofertada), admitindo-se soluções equivalentes desde que assegurem desempenho adequado; deve acompanhar acessórios essenciais para operação e manuseio de carga (ex.: cestos/suportes internos ou equivalentes, quando aplicável), manuais e documentação técnica; alimentação elétrica compatível com o padrão nacional; o fornecimento deverá incluir instalação/montagem no local e testes de funcionamento e validação operacional inicial; suporte técnico durante a vigência da garantia.	625463	UN	1	2
31	Pallet/estrado plástico modular, cor preta, dimensões 50×50 cm, fabricado em PEAD ou PP, sistema de encaixe (macho/fêmea ou equivalente), antiderrapante, resistente à umidade, adequado para áreas úmidas e armazenamento de carga, com alta resistência mecânica (capacidade mínima compatível com uso em almoxarifado).	451531	UN	10	50
32	Régua porta etiqueta autoadesiva, dimensões 100×2,5 cm, com fita dupla face de alta fixação (padrão equivalente a 3M), pacote com 100 unidades, resistente à umidade e higienização, adequada para gôndolas, prateleiras, estantes e geladeiras/câmaras frias, não resseca e mantém aderência em superfícies como madeira, fórmica, inox e metal.	601291	UN	2	2
33	Régua porta etiqueta autoadesiva, dimensões 10×2,5 cm, com fita dupla face de alta fixação (padrão equivalente a 3M), pacote com 100 unidades, resistente à umidade e higienização, adequada para prateleiras, estantes e geladeiras/câmaras frias, não resseca e mantém excelente aderência em superfícies lisas e metálicas.	601291	UN	2	2
34	Sistema computadorizado, de geração de caracteres e imagens, para verificação da acuidade visual. Software preparado para aceitar monitores de 17” a 26” com Resolução de 1.920 x 1.080. Distância de operação regulável: de 3 a 6m. Processador Quadcore de 1.8 GHz CPU e DR3 com duas interfaces, uma HDMI e outra Micro USB. Controle remoto sem fio e Receptor sem fio. Óculos 3D Azul/Vermelho. Tabelas com letras, números, E de Snellen, C de Landolt, Símbolos, optotipos de Allen e HVTO, grade de Amsler, teste de Ishihara, teste de luzes de worth, Máscara Verde-Vermelho, Máscara Azul/Amarelo (Blue-Yellow), Sensibilidade ao Contraste, Cilindro Cruzado, teste de Esteriopsia e teste padrão ETDRS. Função Longe/Perto (Far-Near) configurar duas distâncias bases para trabalho, ajuste de dimensões das máscaras para duas distâncias pré-programadas; fornecimento com instalação/configuração.	402052	UN	1	2





6.2.1.2. O prazo de vigência da contratação é contado por meio da soma dos prazos necessários para a entrega dos materiais, recebimento e pagamento (ao longo da vigência de 12 meses da Ata serão originadas várias contratações que serão formalizadas por meio de notas de empenhos, de acordo com o surgimento da necessidade da aquisição de cada material), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3.3. Economicamente, o pregão eletrônico se destaca como modalidade mais eficiente para a aquisição de bens comuns, promovendo maior transparência, celeridade e economia, em consonância com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021. A utilização do critério de menor preço por item favorece a obtenção da proposta mais vantajosa, sem prejuízo da qualidade e da regularidade do fornecimento.

#### 6.4. Tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

6.4.1. A presente contratação observará o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente os artigos 47 e 48, desde que compatível com o interesse público, a vantajosidade e a adequada execução contratual.

6.4.1.1. Considerando que o julgamento será realizado por item, serão destinados à participação exclusiva de ME/EPP os itens cujo valor estimado por item esteja dentro do limite legal previsto no art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006, salvo hipóteses de inaplicabilidade do art. 49, devidamente motivadas.

6.4.1.2. Para os itens cujo valor estimado supera o limite legal, a Administração optou por não aplicar a reserva de cota de 25% por entender que a divisão desses equipamentos específicos comprometeria a economia de escala e a padronização tecnológica necessária à assistência à saúde. Tratam-se de equipamentos de alta complexidade (ex: Tomógrafo, Sistema de Raios-X) onde a fragmentação do fornecimento entre diferentes licitantes elevaria os custos logísticos de instalação, treinamento e assistência técnica individualizada, sem ganho real de competitividade que compense a perda da vantagem econômica global do item.

#### 6.5. Participação de Empresas em Consórcio

6.5.1. A participação de empresas reunidas em consórcio será admitida para esta contratação, em estrita conformidade com o disposto no art. 15 da Lei nº 14.133/2021. Esta permissão está intrinsecamente ligada à estratégia de parcelamento do objeto por item, detalhada neste Estudo Técnico Preliminar. O objetivo principal é ampliar significativamente a competitividade e garantir o acesso de um universo diversificado de fornecedores, o que inclui a participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) e de empresas especializadas. Tais empresas, embora possam não possuir capacidade operacional para fornecer a totalidade dos itens individualmente, podem ofertar condições mais vantajosas de preço e qualidade em itens específicos. Esta abordagem técnica não só fomenta a isonomia e a livre concorrência, como também evita a concentração excessiva do fornecimento em poucas e grandes empresas, contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração e para a otimização dos recursos públicos. Dessa forma, a admissão de consórcios suporta a manutenção do elevado padrão de atendimento do GSAU-FL e a continuidade dos serviços assistenciais.

6.5.2. Importa ressaltar que, conforme previsto no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, o edital poderá estabelecer para o consórcio um acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção. Contudo, este acréscimo não se aplica a consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas. Os integrantes do consórcio terão responsabilidade solidária pelos atos praticados tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato. Além disso, o licitante vencedor será obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio.

#### 6.6. Da Participação de Pessoas Físicas

6.6.1. Em observância ao disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021, esta equipe de planejamento procedeu à análise técnica sobre a admissão de pessoas físicas no presente certame.

6.6.1.1. Concluiu-se pela vedação à participação de pessoas físicas, uma vez que o objeto — aquisição de equipamentos médico-hospitalares e odontológicos — demanda obrigações incompatíveis com a atuação de profissional autônomo sem estrutura empresarial, tais como:

6.6.1.1.1. Necessidade de emissão de Nota Fiscal de venda mercantil;

6.6.1.1.2. Exigência de assistência técnica autorizada e rede de suporte pós-venda;

6.6.1.1.3. Cumprimento de normas sanitárias e registros junto à ANVISA que são específicos de pessoas jurídicas (fabricantes ou distribuidores);

6.6.1.1.4. Garantia de fábrica de longo prazo.

6.6.2. Portanto, a restrição a pessoas físicas visa mitigar riscos de inadimplemento contratual e assegurar a integridade do atendimento assistencial do GSAU-FL.

#### 6.7. Eventuais vedações de participação no certame limitam-se ao estrito cumprimento das vedações legais impostas pela legislação de licitações.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### 7.1. Metodologia Aplicada

7.1.1. A estimativa das quantidades de equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de uso duradouro foi elaborada a partir de metodologia compatível com a natureza do objeto, considerando que se trata de bens permanentes, cuja necessidade deve ser dimensionada por demanda assistencial, capacidade operacional instalada, disponibilidade de equipamentos e criticidade do serviço, e não por métricas de consumo recorrente típicas de materiais de consumo.

7.1.2. Para fins de dimensionamento, foram considerados, de forma integrada, os seguintes elementos técnicos e administrativos:

7.1.2.1. Mapeamento das necessidades assistenciais do GSAU-FL, por área demandante (ex.: laboratório, odontologia, fisioterapia, radiologia e demais setores correlatos), em conformidade com o perfil de atendimento, rotinas e procedimentos realizados;

7.1.2.2. Diagnóstico do parque tecnológico existente, com identificação de indisponibilidades, obsolescência, desgaste por uso, risco de falha e inadequações técnicas, incluindo situações de equipamento insuficiente, indisponível ou incompatível com a evolução das práticas assistenciais;

7.1.2.3. Recomposição, atualização e modernização de equipamentos essenciais à continuidade do serviço, especialmente em itens críticos ao atendimento, para mitigar riscos de paralisação e reduzir vulnerabilidades operacionais;

7.1.2.4. Compatibilidade física e operacional (ambiente, energia elétrica, espaço, instalação, condições mínimas de uso seguro e adequação às rotinas do GSAU-FL), assegurando que o quantitativo proposto seja exequível do ponto de vista logístico e funcional;

7.1.2.5. Racionalização administrativa e economicidade, de modo a evitar contratações superdimensionadas e a assegurar adequação ao orçamento disponível, observando os princípios da eficiência, planejamento e obtenção da proposta mais vantajosa.

7.1.3. A consolidação das informações foi formalizada mediante instrumento de apoio (Formulário de Estimativa de Quantidades), destinado a registrar, por item, a necessidade identificada, a justificativa técnica e a quantidade requerida, permitindo o adequado dimensionamento e a consistência entre demanda, especificações e planejamento da contratação.

7.1.4. Integra o processo o Formulário de Estimativa de Quantidades, que contém as requisições das áreas demandantes, evidenciando a origem de cada quantitativo estimado.

### 7.2. Quantidades Estimadas

7.2.1. As quantidades estimadas correspondem ao quantitativo necessário para atender às demandas do GSAU-FL no período de planejamento, considerando-se:

7.2.1.1. Substituição e recomposição de equipamentos insuficientes, inoperantes, obsoletos ou com indisponibilidade recorrente;

7.2.1.2. Ampliação pontual de capacidade, quando demonstrada a necessidade para assegurar continuidade, eficiência e segurança do atendimento;

7.2.1.3. Garantia de disponibilidade mínima operacional, especialmente para equipamentos essenciais à manutenção do serviço, evitando interrupções que prejudiquem a assistência.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 4.837.591,78

### 8.1 Metodologia Aplicada

8.1.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, especialmente quanto aos parâmetros admitidos para pesquisa de preços e formação do preço estimado, com vistas à adequada instrução do processo e à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.1.2. Considerando a natureza do objeto — aquisição de equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de uso duradouro — a pesquisa de preços foi estruturada por item, de modo a refletir as condições praticadas no mercado para cada equipamento, permitindo comparação objetiva entre fontes e assegurando consistência entre quantidades estimadas, especificações técnicas e valores referenciais.

8.1.3. Para composição do preço estimado, foram utilizados parâmetros compatíveis, conforme aplicabilidade ao objeto e disponibilidade de informações, incluindo:

8.1.3.1. Contratações similares realizadas por órgãos e entidades públicas;

8.1.3.3. Cotações junto a fornecedores especializados, quando necessário.

8.2.2. Na análise dos preços coletados foram considerados, além do valor nominal, aspectos relevantes ao fornecimento de bens duráveis para a área da saúde, tais como adequação técnica às especificações, condições de fornecimento e garantia quando aplicável, de forma a preservar a competitividade e a vantajosidade.

8.3.2. Dessa forma, a estimativa de valor encontra-se adequadamente fundamentada e documentada, em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021 e demais normativos aplicáveis, contribuindo para a correta instrução do processo e para a boa gestão dos recursos públicos.

9.3.3. Ademais, a adoção do julgamento por item não implica aumento desproporcional de custos administrativos, uma vez que os procedimentos de recebimento, conferência e aceitação técnica já ocorrem de forma individualizada por natureza de bem, com critérios próprios de verificação e registro patrimonial.



## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. No que tange ao objeto ora em análise, esclarece-se que não existem contratações correlatas ou interdependentes que se façam necessárias à sua plena execução. Ou seja, esta aquisição pode ser realizada de forma autônoma, não havendo a necessidade de celebração simultânea de outros contratos para garantir a integralidade, o funcionamento ou a utilidade do objeto principal.

10.2. Além disso, não há contratação sobreposta dos itens elencados nesse processo.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394429000100-0-000012/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2025;

III) Id do item no PCA: 152;

VI) Classe/Grupo: 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS; e

V) Identificador da Futura Contratação: 120073-14/2026.

11.2. O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em estrita conformidade com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) do órgão.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A aquisição de equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de uso duradouro para o GSAU-FL proporcionará benefícios diretos e indiretos à Administração, com impactos relevantes na continuidade da assistência, na eficiência operacional e na economicidade do gasto público, conforme descrito a seguir:

12.1.1. Continuidade e regularidade da assistência: assegura a manutenção da capacidade assistencial do GSAU-FL, reduzindo riscos de interrupções por indisponibilidade, obsolescência ou falhas recorrentes de equipamentos, contribuindo para a preservação da prestação adequada dos serviços de saúde.

12.1.2. Melhoria da qualidade e da segurança assistencial: eleva o padrão de atendimento ao disponibilizar equipamentos em condições técnicas adequadas, com maior precisão, confiabilidade e segurança de uso, mitigando riscos operacionais e promovendo maior proteção ao paciente e ao usuário.

12.1.3. Aumento da resolutividade e eficiência dos atendimentos: fortalece a capacidade do GSAU-FL de realizar procedimentos e apoiar diagnósticos com maior efetividade, reduzindo retrabalho, otimizando fluxos de atendimento e contribuindo para a melhoria dos indicadores operacionais da unidade.

12.1.4. Modernização e atualização tecnológica do parque de equipamentos: viabiliza a recomposição e a atualização do acervo de bens duráveis, promovendo adequação tecnológica às necessidades atuais do serviço, evitando a manutenção de equipamentos obsoletos e ampliando a capacidade de resposta institucional.

12.1.5. Economicidade e racionalização do gasto público: contribui para a redução de custos indiretos decorrentes de manutenções corretivas frequentes, paralisações operacionais e necessidade de encaminhamentos externos, além de permitir melhor gestão do ciclo de vida dos bens e do patrimônio público.

12.1.6. Melhoria na gestão e planejamento dos recursos assistenciais: permite maior previsibilidade operacional, ampliando a capacidade de organização dos serviços, de priorização de atendimentos e de planejamento de rotinas assistenciais, com reflexos positivos na gestão de recursos humanos e materiais.

12.1.7. Conformidade com exigências técnicas e regulatórias aplicáveis: assegura que os equipamentos adquiridos atendam aos requisitos técnicos mínimos e às exigências regulatórias pertinentes (quando aplicáveis), fortalecendo a conformidade administrativa e sanitária e reduzindo riscos de não conformidade no uso e no aceite do fornecimento.

12.1.8. Redução de vulnerabilidades e mitigação de riscos na execução do serviço de saúde: diminui a probabilidade de falhas críticas em procedimentos assistenciais, bem como o risco de indisponibilidade de recursos essenciais, fortalecendo a capacidade institucional de manter o atendimento em nível adequado, especialmente em situações de maior demanda.

12.2. Dessa forma, conclui-se que a aquisição pretendida atende ao interesse público, ao contribuir de forma objetiva para a melhoria da infraestrutura assistencial do GSAU-FL, para a continuidade dos serviços prestados e para a obtenção de maior eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos.

### 13. Providências a serem Adotadas

- 13.1. O processo deve ser conferido e aprovado quanto a sua legalidade pelos órgãos administrativos e jurídicos.
- 13.2. Designação de fiscais técnicos e administrativos para o contrato, com conhecimento para validar o recebimento técnico dos equipamentos.
- 13.3. Verificação prévia das instalações físicas (tomadas, aterramento, espaço físico) para receber os novos equipamentos.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

- 14.1. O Licitante deve atentar para as exigências estabelecidas pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 8ª edição OUT/2025, citadas no item 4 desse Estudo.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. Com fundamento nas informações constantes deste Estudo Técnico Preliminar, declara-se viável a contratação destinada à aquisição de equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de uso duradouro, para atendimento das necessidades assistenciais do GSAU-FL, por se tratar de solução necessária, adequada e compatível com o interesse público, voltada à manutenção e aprimoramento da capacidade operacional do serviço de saúde, garantindo continuidade assistencial, segurança e eficiência no atendimento. A viabilidade está amparada nos seguintes elementos:

- 15.1.1.1. Necessidade administrativa devidamente caracterizada, tendo em vista a demanda por modernização, recomposição e atualização do parque de equipamentos, com impacto direto na continuidade e qualidade dos serviços prestados;
- 15.1.1.2. Adequação da solução proposta, consubstanciada na aquisição de bens duráveis com especificações mínimas objetivas e compatíveis com o mercado, permitindo atendimento regular e seguro no âmbito do GSAU-FL;
- 15.1.1.3. Possibilidade de contratação com competição e economicidade, adotando-se como estratégia a aquisição exclusivamente por item, com julgamento e adjudicação por item, sem formação de lotes, o que amplia a competitividade e reduz riscos de execução;
- 15.1.1.4. Conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, bem como com as normas aplicáveis ao planejamento da contratação e à pesquisa de preços, sendo que a estimativa de valor será elaborada por item, conforme metodologia prevista na IN SEGES/ME nº 65/2021;
- 15.1.1.5. Tratamento dos requisitos técnicos, operacionais e regulatórios, prevendo-se que os itens a serem adquiridos deverão atender às exigências de qualidade, garantia, recebimento e aceite técnico, bem como às exigências sanitárias e de regularização aplicáveis aos produtos sujeitos a controle, incluindo registro/cadastro junto à ANVISA, quando cabível;
- 15.1.1.6. Gestão de riscos prevista, com monitoramento de riscos relevantes à contratação (planejamento, disponibilidade orçamentária, entrega e conformidade do fornecimento), conforme matriz de riscos adotada no processo.

15.2. Diante do exposto, conclui-se que a contratação proposta é tecnicamente viável, economicamente justificável e administrativamente conveniente, devendo prosseguir para as etapas subsequentes de instrução processual, observadas as formalidades legais e regulamentares aplicáveis.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CRISTIANE LUIZE ROCHA WAGNER**

Equipe de Planejamento

**MARCIA GOMES PACHECO DA PAZ**

Equipe de Planejamento

**TATIANA ZAGO DA SILVA DE DEUS**

Equipe de Planejamento

**JOAO PAULO GOMEZ LIMA DA SILVA**

Ordenador de Despesas



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP nº 3/2026
Data/Hora de Criação:	19/05/2026 17:07:11
Páginas do Documento:	16
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	17
Hash MD5:	bb09d170ae045a988609c8f8256de0f4
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCIA GOMES PACHECO DA PAZ no dia 19/05/2026 às 14:18:21 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento TATIANA ZAGO DA SILVA DE DEUS no dia 19/05/2026 às 14:19:29 no horário oficial de Brasília.

MAER - BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS - SC

Ata de Registro de Preços 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	120073-MAER - BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS - SC	RAFAEL RICARDO TASCA	29/04/2026 13:55 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	14/2026	67272.000625/2026-90

1. DO OBJETO

MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 91014.2026

A Base Aérea de Florianópolis, por meio da Seção de Licitações e Contratos, sediado a Av. Santos Dumont, S/Nº, Tapera inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da (s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de uso duradouro, visando atender às demandas assistenciais do GSAU-FL, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo I do Edital, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]
---------	---

TR								
X	Especificação	Marca  (se exigida no edital)	Modelo  (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1 O órgão gerenciador será a Base Aérea de Florianópolis.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.
- 4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir[A1] do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
  - 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
  - 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *Edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *Edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *Edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições



inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023[A2] .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## 9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *Edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *Edital*.

11.2. ~~No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.~~

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo[A1]

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>
---------	--

TR								
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GRAZIELLE DE OLIVEIRA GRANDO**

Chefe da Seção de Obtenções

**JOAO PAULO GOMEZ LIMA DA SILVA**

Autoridade competente

# Modelo da Nota de Empenho

## Nota de Empenho

<b>UG Emitente</b>	<b>Nome da UG Emitente</b>		<b>Moeda</b>			
120073	BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS		REAL - (R\$)			
<b>Ano</b>	<b>Tipo</b>	<b>Número</b>				
2021	NE	XXX				
<b>Célula Orçamentária</b>						
<b>Esfera</b>	<b>PTRES</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Natureza da Despesa</b>	<b>UGR</b>	<b>Plano Interno</b>	
X	XXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	A0000XX000	
<b>Data de Emissão</b>						
XX/XX/2021	<b>Tipo</b>	<b>Processo</b>	<b>Taxa de Câmbio</b>	<b>Valor</b>		
	Global	67272.00XXXX/20XX-XX	0,0000	XX,XX		
<b>Favorecido</b>		<b>Nome do Favorecido</b>				
XXXXXXXXXX		XXXXXXXXXX LTDA				
<b>Amparo Legal</b>						
<b>Código</b>	<b>Modalidade de Licitação</b>	<b>Ato Normativo</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>
XXX	PREGAO	LEI XX.XXX / 20XX	X	-	-	-
<b>Descrição</b>						
APL: CONTRATO Nº XX/BAFL/20XX. PAG Nº: XX/BAFL/20XX. XXXXX.						
PREGÃO Nº: XX/BAFL/20XX. PROC ORIGEM: 20XXPR000XX.						
<b>Local da Entrega</b>						
AV. SANTOS DUMONT, S/Nº - TAPERA - FLORIANÓPOLIS - SC - CEP 88049-000						
<b>Informação Complementar</b>						
XXXXXXXXXXXXXXXX						
<b>Sistema de Origem</b>						
COMPRASNET-ME						

Versão	Data/Hora	Operação
000	03/05/2021 09:56:46	Inclusão

**Nota de Empenho**

**Lista de Itens**

**Natureza de Despesa**

XXXXXX - XXXXXXXX - PESSOA JURIDIC

**Total da Lista**

XXXX,XX

**Subelemento XX - XXXXXXXX XXXXXXXX**

<b>Seq.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor do Item</b>
001	Item compra: 0000X - XXXX/XXXXXXXX	XXX,XX

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
XX/XX/2021	Inclusão	XXXXXX	XX,XX	XXXX,XX

<b>Seq.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor do Item</b>
002	Item compra: 0000X - XXX/XXXXXX	XXX,XX

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
XX/XX/2021	Inclusão	XXXX	XX,XX	XXX,XX

Versão	Data/Hora	Operação
000	03/05/2021 09:56:46	Inclusão

2 de 2

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

Designar os militares, abaixo relacionados, para viajarem à cidade de *Kaunas* - Lituânia, a fim de cumprirem a missão Nº 100/PLAMTAX/DECEA/2023 (ÔNUS) - Participar do FAT (*Factory Acceptance Test*) do Projeto de Desenvolvimento do Sistema LTMPPS (*Long Term Manpower Planning System*); com início previsto para o dia 9 de dezembro do corrente ano e duração de nove dias, incluindo o trânsito, fazendo jus à retribuição no exterior, de acordo com a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973:

Ten Cel Av DEOCLIDES FERNANDES BARBOSA VIEIRA (CISCEA/3247392); e  
1º Ten Eng RODRIGO OLIVEIRA (CISCEA/7439210).

PORTARIA GABAER Nº 1.757/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

**O COMANDANTE DA AERONÁUTICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23 do Anexo I, inciso VI, alínea "h", da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, de conformidade com o disposto no inciso VII do art. 1º do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, e considerando o que consta do Processo nº 67600.025020/2023-08, resolve:

Designar os militares, abaixo relacionados, para viajarem à cidade de *Littleton* - Estados Unidos da América, a fim de cumprirem a missão Nº 88/PLAMTAX/DECEA/2023 (ÔNUS) - Atestar a capacidade técnica da empresa *Diamond Antenna & Microwave Corp*; com início previsto para o dia 09 de dezembro do corrente ano e duração de nove dias, incluindo o trânsito, fazendo jus à retribuição no exterior, de acordo com a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973:

Cap Eng LEANDRO DE CARVALHO MONSORES  
(PAME-RJ/4314280); e

Cap Eng LEONARDO CAMARGO DE HOLANDA CAVALCANTI  
(PAME-RJ/6478158).

Ten Brig Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO  
Comandante da Aeronáutica

## 5 - PAAI - DISPOSIÇÕES

PORTARIA GABAER Nº 623/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a dosimetria para aplicação de sanções administrativas em Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI), em caso de descumprimento de cláusula editalícia ou obrigação contratual, por parte do licitante ou contratado, em contratações realizadas com base na Lei nº 14.133/2021, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

**O COMANDANTE DA AERONÁUTICA**, no uso da atribuição que lhe conferem o inciso XIV e o § 1º, ambos do Art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, e o que consta do Processo nº 67800.002116/2022-52, resolve:

Art. 1º Estabelecer procedimentos, no âmbito do COMAER, para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais ou por prática de infração prevista na referida Lei, por licitante ou por contratado, no decorrer da licitação, contratação direta ou execução contratual, garantidos os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Para efeito desta Portaria, equipara-se ao contrato qualquer acordo firmado entre o COMAER e outra pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, ainda que não formalizado por instrumento de contrato, que estabeleça obrigações de dar, fazer ou entregar, entre outras admitidas em direito.

Art. 3º Na apuração dos fatos de que trata a presente Portaria, a Administração atuará com base na boa-fé, assegurando ao licitante ou ao contratado o contraditório e a ampla defesa, o direito de juntar os meios de provas necessários a sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

Art. 4º A Administração formará sua convicção com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

Art. 5º Esta Portaria visa dar transparência à dosimetria sancionatória, além de limitar a subjetividade no julgamento da infração, por meio da estipulação de critérios objetivos de graduação das sanções previstas, de modo a conferir segurança jurídica tanto para regulados quanto para reguladores, bem como garantir que as decisões de natureza sancionatória adotadas pela Autoridade sejam efetivas, isonômicas, transparentes, objetivas e consistentes.

## CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º Nas licitações ou nos processos de contratação direta realizados no âmbito do COMAER é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, ou da contratação, sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Considera-se como conduta do inciso II o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado, consoante aceções a seguir:

I - grave dano à Administração, entendida como lesão significativa, que afete o patrimônio da Administração ou os serviços administrativos;

II - grave dano ao funcionamento dos serviços públicos, entendida como falha no cumprimento da obrigação, pelo contratado, que concorra para a interrupção, mau funcionamento ou reflexos quanto à disponibilidade de serviços públicos, não se configurando em defeito de pequena relevância;

III - grave dano ao interesse coletivo, entendida como evento, decorrente de ação ou inação do contratado, apto a gerar danos a um número indeterminado de pessoas que se encontram em situação equivalente, a exemplo das hipóteses de inobservância de parâmetros técnicos ou de segurança.

§ 2º Consideram-se como condutas do inciso IV, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação, da contratação direta ou da execução contratual:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório; e

IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo agente ou pela comissão de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Consideram-se como condutas do inciso V, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas:

I - deixar de atender a convocações do agente ou da comissão de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente ou pela comissão de contratação;

III - abandonar o certame; e

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se como conduta do inciso VII o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

§ 5º Considera-se como conduta do inciso X, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação, da contratação direta ou da execução contratual, a conduta intencional de tentar enganar ou corromper a Administração, ou quaisquer de seus agentes, para obter vantagem indevida.

Art. 7º Após transcorridas todas as etapas do PAAI, em razão do conhecimento de descumprimento de cláusula editalícia, inadimplência ou descumprimento de obrigação contratual

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

por parte de licitante, fornecedor ou contratado do COMAER, a autoridade instauradora do referido processo deverá decidir, motivadamente, sobre a aplicação ou não de sanção e, em caso positivo, sobre a sanção administrativa que melhor se adeque à situação apresentada, conforme critérios para a dosimetria estabelecidos nesta Portaria.

Parágrafo Único. Não se consubstanciam em sanções previstas na presente Portaria as disposições concernentes ao Instrumento de Medição de Resultados ou à remuneração variável, vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental ou prazos de entrega definidos no edital de licitação ou no contrato, com a especificação objetiva dos níveis de qualidade esperados e as respectivas adequações de pagamento.

Art. 8º Os licitantes ou os contratados que incidirem nas condutas definidas no art. 6º desta Portaria, descumprindo, total ou parcialmente, obrigações previamente estabelecidas, ficarão sujeitos às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II – multa compensatória;
- III – multa moratória;
- IV - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal; e
- V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Para a aplicação de sanções administrativas devem ser considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que da infração provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A aplicação de quaisquer sanções elencadas no caput não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

### CAPÍTULO III DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

#### Seção I Da advertência

Art. 9º A advertência é a sanção administrativa reservada exclusivamente quando o contratado der causa à inexecução parcial, desde que não cause dano à Administração, ou seja, quando infringir, pela primeira vez, obrigações afetas à entrega e substituição de bens ou de nota fiscal com incorreção, descumprimento de cláusulas contratuais, ou ainda, pelo não cumprimento de orientações do fiscal ou membro da comissão fiscalizadora de contrato.

Art. 10. A advertência deverá ser proposta quando não se justificar a imposição de sanção mais grave e não poderá ser aplicada em caso de reincidência na mesma espécie de descumprimento.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

## Seção II Da multa

Art. 11. A multa de que trata o inciso II do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 poderá incidir em quaisquer das infrações previstas no art. 6º desta Portaria, podendo ser combinada com as demais sanções administrativas previstas nos incisos I, III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser moratória e/ou compensatória.

Art. 12. O valor total da multa aplicada não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, considerando-se neste caso, a multa moratória e compensatória aplicadas concomitantemente.

§ 1º Para a aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 13. A Unidade Gestora (UG) sancionadora deverá notificar o contratado acerca da decisão final, a qual contemplará as razões e sanções, bem como o valor da multa, se for o caso.

Art. 14. Os procedimentos de cobrança, parcelamento, atualização e suspensão de cobrança da multa estão previstos no Manual Eletrônico de Contratações Públicas do Comando da Aeronáutica (Manual I) do RADA-e.

## Subseção I Da multa compensatória

Art. 15. A multa compensatória possui um caráter indenizatório e será calculada na forma do edital ou do contrato, estabelecidos parâmetros proporcionais às infrações.

§ 1º O percentual da multa a ser aplicado dependerá da dimensão dos danos causados, respeitados os limites de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta. Não havendo danos, e não sendo cabível a advertência, ou sendo esses de difícil quantificação, poderão ser utilizados os parâmetros indicados nesta Portaria.

§ 2º No caso de condutas tipificadas nos incisos IV e V do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento), por ocorrência.

§ 3º No caso de condutas tipificadas no inciso VI do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada multa de 2% (dois por cento), por ocorrência.

§ 4º No caso de condutas tipificadas nos incisos I, VIII e XII do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada multa de 5% (cinco por cento), por ocorrência.

§ 5º No caso de condutas tipificadas nos incisos II, III, IX, X e XI do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), por ocorrência.

§ 6º No caso de condutas tipificadas no inciso VII do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada a multa de 2% (dois por cento), sem prejuízo do previsto nos dispositivos seguintes.

Art. 16. Nos casos em que os danos causados à Administração possam ser quantificados preliminarmente à publicação do edital, caberá ao Ordenador de Despesas justificar a adoção de parâmetro específico de aplicação de multa para a contratação, diferente dos acima sugeridos.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

Subseção II  
Da multa moratória

Art. 17. A multa moratória possui efeito persuasório, com o objetivo de estimular o contratado a cumprir a obrigação avençada. No caso de condutas tipificadas no inciso VII do art. 6º desta Portaria, especificamente quando ensejar o retardamento da execução em obras, serviços de engenharia e serviços contínuos, em relação ao prazo de execução das etapas previstas no cronograma físico-financeiro, poderá(ão) ser aplicada(s) multa(s) calculada(s) com base na seguinte fórmula:

I -  $M = (C/T) \times N \times F$ , sendo:

- a) M = valor da multa;
- b) C = valor correspondente à fase, etapa ou parcela do serviço em atraso;
- c) T = prazo constante no cronograma físico-financeiro, para a execução da fase, etapa ou parcela do serviço, em dias úteis;
- d) N = período de atraso em dias corridos; e
- e) F = fator progressivo de correção por dia de atraso.

II - o fator progressivo de correção (F) é obtido conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Fator progressivo de correção por dia de atraso

<b>PERÍODO DE ATRASO (DIAS CORRIDOS)</b>	<b>F</b>
Até 10 dias	0,03
De 11 a 20 dias	0,06
De 21 a 30 dias	0,09
De 31 a 40 dias	0,12
Acima de 40 dias	0,15

§1º Caso o valor da multa calculada de acordo com a fórmula constante do caput deste artigo não alcance o mínimo previsto no caput do art. 12 desta Portaria, deve-se afastar o valor apurado mediante fórmula e aplicar a multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Art. 18. No caso de condutas tipificadas no inciso VII do art. 6º, exceto nos casos previstos no art. 14, ambos desta Portaria, poderá(ão) ser aplicada(s) multa(s), de acordo com a faixa que abranger o período de atraso, conforme abaixo:

I - atraso até o 3º (terceiro) dia, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta;

II - atraso entre o 4º (quarto) até o 30º (trigésimo) dia, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, por dia corrido de atraso; e

III - atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) até o 60º (sexagésimo) dia, inclusive, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, por dia corrido de atraso.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

Art. 19. Em se tratando de compras/obras ou serviços de engenharia, prestação de serviços de conservação e limpeza ou qualquer outro serviço contínuo, o atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos será considerado como inexecução total do contrato.

### Seção III

#### Do impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal

Art. 20. O impedimento de licitar e contratar, nos termos do inciso III, do art. 156, da Lei nº 14.133/2021 será aplicado com a seguinte gradação:

I - por até 30 (trinta) dias:

- a) no descumprimento do prazo fixado para adoção de medidas corretivas, quando da aplicação da sanção de advertência; e
- b) na perturbação de qualquer ato da sessão pública da licitação.

II - por até 3 (três) meses:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) na arguição da inexequibilidade dos próprios preços ofertados; e
- c) na falta de apresentação de amostra no prazo determinado, quando houver previsão no edital da licitação.

III - por até 6 (seis) meses:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) na falta de apresentação de garantia contratual, nos termos do edital da licitação ou da dispensa e inexigibilidade;
- d) na reincidência da prática de ilícito sancionável na forma dos incisos I e II, em prazo inferior a 24 (vinte e quatro) meses;
- e) na aplicação da segunda sanção administrativa de multa no mesmo PAG;
- f) na aplicação de duas sanções administrativas de advertência e uma de multa, no âmbito do contrato, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o contratado tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração; e
- g) na aplicação de duas sanções administrativas de multa no âmbito do contrato, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o contratado tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração.

IV - por até 12 (doze) meses:

- a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- b) quando o contratado não quitar/saldar a multa no prazo estabelecido, nas situações em que não for possível descontar o seu valor da garantia ou dos créditos decorrentes de parcelas executadas; e
- c) na reincidência de prática de inadimplemento sancionável na forma do inciso III, em prazo inferior a 36 (trinta e seis) meses.

V - por até 24 (vinte e quatro) meses:

- a) na paralisação do serviço, da obra ou do fornecimento de bens sem justo motivo e sem prévia comunicação à Administração;
- b) dar causa à inexecução total do contrato; e

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

c) na reincidência da prática de inadimplemento sancionável na forma do inciso IV deste item, em prazo inferior a 48 (quarenta e oito) meses.

VI - por até 36 (trinta e seis) meses:

a) dar causa à inexecução total do contrato que ocasione grave dano à Administração ou paralisação de serviços públicos ou ao interesse coletivo.

Art. 21. Para efeito do disposto nesta Portaria, a aplicação da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 1º O impedimento de licitar e contratar só produz efeitos para o futuro, sem interferir nos contratos já existentes e em andamento.

#### Seção IV

##### Da declaração de inidoneidade

Art. 22. As hipóteses de cabimento específicas para a imposição da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são as previstas nos incisos VIII a XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, ou ainda na ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos II a VII do art. 155 da mesma Lei, que justifiquem a imposição de sanção mais grave que o impedimento de licitar e contratar.

§ 1º O PAAI que, eventualmente, concluir pela aplicação da declaração de inidoneidade, será encaminhado ao Ministro de Estado da Defesa, via cadeia de comando, após análise jurídica da Consultoria Jurídica-Adjunta do Comando da Aeronáutica (COJAER), em face da competência exclusiva de aplicação da sanção.

§ 2º Os critérios para a declaração de inidoneidade serão definidos pelo Ministro de Estado da Defesa.

3º A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 4º No ato de declaração de inidoneidade, a UG que sugerir a aplicação da sanção deverá indicar no respectivo PAAI, para fim de reabilitação do sancionado, o valor a ser ressarcido, com os acréscimos legais devidos e as eventuais obrigações.

#### CAPÍTULO IV

##### DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Art. 23. Da aplicação da sanção, caberá pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado pelo sancionado perante a própria autoridade que aplicou a sanção, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento, consoante art. 167 da Lei nº 14.133/2021, possuindo efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. As disposições concernentes à instrução processual do PAAI, inclusive pedido de reconsideração da aplicação da sanção, estão descritos no Manual Eletrônico de Contratações Públicas do Comando da Aeronáutica, anexo I do RADA-e.

Art. 25. A Administração deverá providenciar os registros das sanções nos cadastros pertinentes previstos no Manual Eletrônico de Contratações Públicas do Comando da Aeronáutica, anexo I do RADA-e, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

Art. 26. Esta Portaria deverá ser referenciada nas minutas dos editais de licitações, nas minutas de termos de contrato e nos avisos de contratação direta, em todos os processos administrativos de contratação abertos a partir do início da sua vigência, bem como deverá ser disponibilizada para consulta aos interessados, em local de fácil acesso.

Art. 27. Os regramentos previstos na presente Portaria referem-se às contratações realizadas com base na Lei nº 14.133/2021.

§ 1º As disposições desta Portaria estarão válidas até superveniência de Regulamentação Federal sobre o tema, ocasião na qual a Portaria em tela será reeditada.

§2º Os atos previstos como infrações administrativas que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Art. 28. As contratações realizadas com base na Lei nº 8.666/1993, na Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 12.462/2011 deverão seguir estritamente o previsto na ICA 12-23.

Art. 29. As situações não previstas nesta Portaria serão submetidas à apreciação do Sr. Comandante da Aeronáutica, por proposição da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA).

Art. 30. Esta Portaria entrará em vigor no dia 1º de dezembro de 2023.

Ten Brig Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO  
Comandante da Aeronáutica

### 6 - PORTARIA - DISPOSIÇÕES

PORTARIA GABAER Nº 620/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

Autoriza o recebimento, por transferência de responsabilidade administrativa, de imóveis da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) para o Comando da Aeronáutica (COMAER).



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	EDITAL E SEUS ANEXOS
Data/Hora de Criação:	20/05/2026 14:16:39
Páginas do Documento:	87
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	88
Hash MD5:	0576d60d061e9b597579bbba4bc76cd2
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap GRAZIELLE DE OLIVEIRA GRANDO no dia 20/05/2026 às 11:17:39 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap PEDRO HENRIQUE COSTA PINTO MARINHO no dia 20/05/2026 às 14:53:37 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel JOÃO PAULO GOMEZ LIMA DA SILVA no dia 25/05/2026 às 15:44:14 no horário oficial de Brasília.